

FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - ISBRE

Rua Uruguai, 155 – Conj. 1401

CEP: 90.010-140

Porto Alegre/RS

Fone: (51) 3227.3100

Fax: (51) 3227.3309

Site: www.isbre.com.br

E-mail: isbre@isbre.com.br

CONSELHO DELIBERATIVO

Leonir Maria Pizzato Reis - Presidente

Claudine Furtado Anchite Fernandes

Dário Buzzi

Flávio Frantz

José Antônio Chaves Franco

Marne de Bem Vidal

CONSELHO FISCAL

Eloi Bevilacqua - Presidente

Fabio Augusto Springer

Nelson Casarotto Filho

Simone Marques de Toledo Camargo

Suplentes

Gilnei Roberto dos Santos Vargas

Clênio Callegaro da Silveira

José Moacir Trigo Junqueira

Mauro Eli Leal Paré

DIRETORIA EXECUTIVA

Argus Ruy Guex de Oliveira

Diretor Superintendente e Financeiro

Dante Carlos Schuch

Diretor Administrativo e de Previdência

Senhores Participantes e Beneficiários do ISBRE Senhores Administradores do Patrocinador BRDE

Em obediência às disposições estatutárias e ao dever, de ofício, de prestar contas e dar publicidade a seus atos por quem administra recursos de uma comunidade, a Diretoria Executiva da Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE traz ao conhecimento de V.Sas. o Relatório de Administração relativo ao exercício de 2007, as alterações estatutárias e regulamentares ocorridas no período, as Demonstrações Financeiras dos Planos de Benefícios I e II, e os pareceres Técnico Atuarial, da Auditoria Externa, do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo.

MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA

Desempenho Econômico - Financeiro

O Patrimônio Consolidado do ISBRE atingiu em 2007, **ano do seu 30º aniversário**, o montante de R\$ 417,1 milhões, sendo R\$ 412,4 milhões correspondentes ao Plano de Benefícios I (PB I) e R\$ 4,7 milhões ao Plano de Benefícios II (PB II), com destaque para a evolução do patrimônio do PB II, que cresceu 52,6% no período. Esse crescimento expressivo deveu-se não só aos resultados alcançados, mas também à ampliação no número de participantes do plano (11,6%) e ao aumento no nível de contribuições (19,4%).

No que se refere ao desempenho dos investimentos, embora a redução da taxa SELIC tenha levado a uma menor remuneração nas aplicações no segmento de Renda Fixa, a Fundação ainda obteve um excelente retorno ponderado pelo risco no investimento dos recursos garantidores dos benefícios. A rentabilidade global foi de 14,42% no período. Considerado o INPC, o indexador dos benefícios, que acumulou no ano variação de 5,16%, a rentabilidade real chegou a 8,80% a.a., com confortável margem com respeito à meta atuarial do Plano I que é de 6% a.a.. Para o Plano II, em fase de acumulação de reservas, e, portanto, com outro referencial, esse retorno representou 122% do CDI do período (11,82%). Deve-se destacar que essa rentabilidade foi obtida com uma mínima exposição a riscos, num período em que a Fundação manteve a política de alongamento dos prazos de suas aplicações, o que, de início, tende a afetar negativamente a rentabilidade em relação a referenciais de curto prazo, como o CDI. Esse procedimento, todavia, garante ganho superior num horizonte de tempo mais longo, dada a perspectiva de quedas ainda maiores na taxa de juros real da economia brasileira.

Do ponto de vista de resultados, o Plano I alcançou um superávit técnico da ordem de R\$ 4,5 milhões. No Plano II, foi registrado um resultado superavitário de R\$ 344 mil.

Finalmente, cabe registrar que o custo global de gestão do ISBRE, compreendendo o total das despesas incorridas, administrativas e de investimentos, foi equivalente a 0,53% do Patrimônio Consolidado médio do exercício.

Gestão Previdencial

Em 2007, o ISBRE pagou benefícios no montante de R\$ 20,5 milhões para 323 grupos familiares do Plano de Benefícios I, correspondendo a uma população amparada de 749 beneficiários, e iniciou o pagamento de benefício ao primeiro grupo familiar, composto por três beneficiários, no Plano de Benefícios II.

Com relação ao Plano de Benefícios I, o aspecto mais relevante é o crescimento do número de participantes assistidos em relação ao total de participantes da Fundação. Se em abril de 2006, pela primeira vez na história do ISBRE, o número de assistidos superou o de participantes em atividade, no final de 2007 esse percentual já era de quase 55%, revelando, incontestavelmente, o grau de maturidade do Plano. Merece ser destacado que, diante disso, as receitas oriundas das contribuições já representaram menos de 50% dos benefícios pagos, acentuando a importância de se alcançar, consistentemente, a meta atuarial (INPC + 6% a.a.). No total, foram pagos benefícios da ordem de R\$ 20,5 milhões para uma receita de contribuições de R\$ 11 milhões.

Quanto ao Plano de Benefícios II, cabe destacar a crescente adesão ao plano, indispensável para a sua consolidação. Ao final do ano, o número de 173 participantes, cerca de 2/3 do número de funcionários admitidos nas patrocinadoras após 2001, sem dúvida evidencia não só a qualidade do plano previdenciário, como o esforço na sua divulgação.

Alterações Regulamentares

Em atendimento às determinações da Resolução MPS/CGPC nº. 19, foram feitas alterações nos Regulamentos dos Planos de Benefícios I e II, no que se refere aos institutos da Portabilidade e Resgate. As referidas alterações foram aprovadas pela Secretaria de Previdência Complementar, através das Portarias nº 1.914 e 1.952, de 29.11.2007 e 12.12.2007, respectivamente.

Governança Corporativa

A Resolução CGPC nº. 13, promulgada pelo Conselho Gestor da Previdência Complementar em 2004, estabeleceu os padrões mínimos de Governança Corporativa a serem adotados pelas EFPC.

Em 2005, o ISBRE elaborou e implementou o Plano de Adequação inicial exigido pela Resolução, identificando os processos críticos da Fundação e os riscos a eles associados, tendo sido propostas medidas no sentido de mitigá-los, através do aperfeiçoamento dos sistemas de governança e de controles internos já existentes. O Plano, aprovado pelo Conselho Deliberativo, foi exitoso em sua primeira etapa de implementação, realizada com o criterioso acompanhamento do Conselho Fiscal e a colaboração e o engajamento de todos os funcionários do ISBRE.

O processo de melhoria contínua preconizado pela Resolução teve continuidade em 2006, com diversas realizações, dentre as quais destacaram-se: construção e disponibilização, na Internet, de um novo portal de comunicação com os Participantes com área interativa; realização seminários sobre Governança Corporativa, em que se reuniram os Conselheiros e membros do Comitê de Investimentos; e, na área de gestão de investimentos, passou a contar com um sistema avançado de avaliação e gerenciamento de risco de mercado, e de avaliação do desempenho de Fundos de Investimento.

Em 2007, em mais um avanço, o ISBRE contratou serviços de consultoria para maior aperfeiçoamento dos seus sistemas de controles internos, em especial aqueles relativos aos ditos riscos operacionais, ocasião em que foram revisados todos os processos em uso pelo ISBRE, os riscos neles envolvidos, os controles existentes e os controles necessários. Como resultado desse processo, relatório e sugestões de melhorias foram submetidos aos Conselhos Fiscal e Deliberativo, os quais aprovaram o plano de ação proposto pela Diretoria Executiva do ISBRE.

Agradecimentos

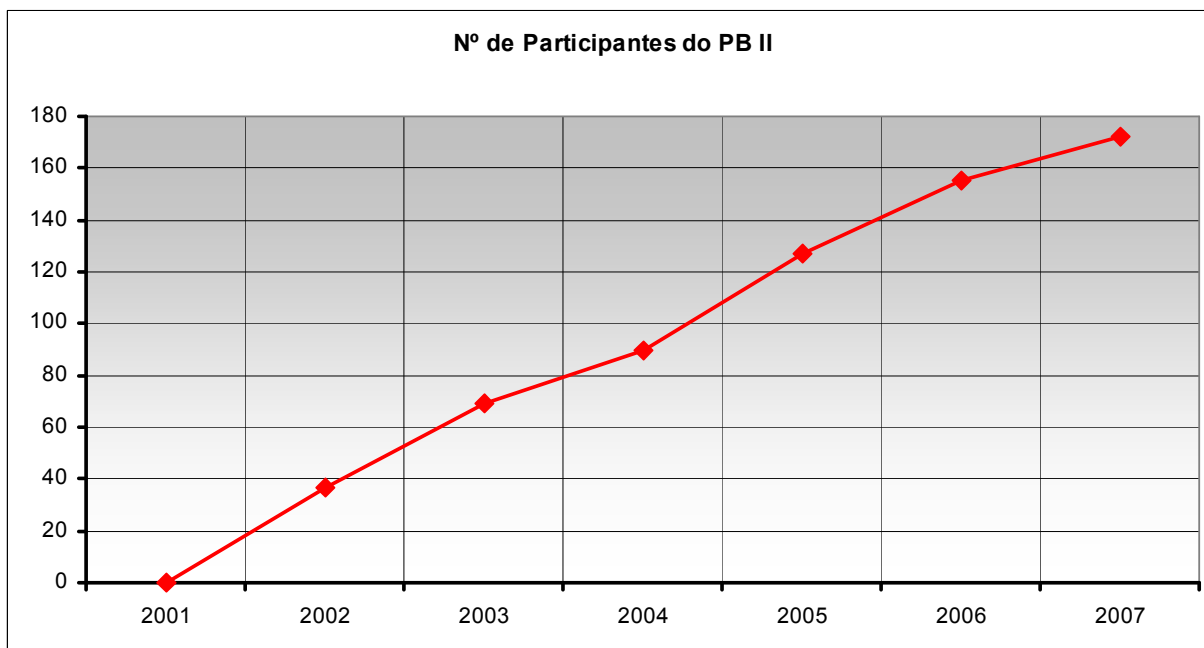
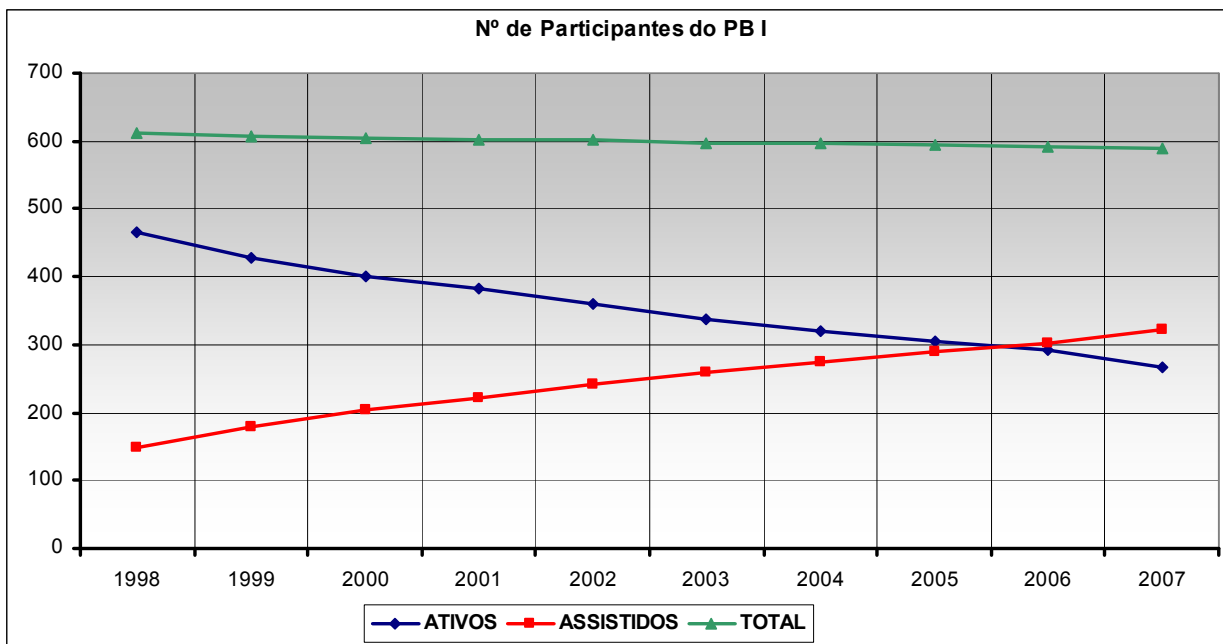
Finalizando, a Diretoria Executiva agradece o apoio e a orientação sempre segura e esclarecida dos Conselheiros e Conselheiras integrantes dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, e dos membros do Comitê de Investimentos.

Agradece também o apoio comprometido e responsável do Patrocinador BRDE, por sua Administração e corpo gerencial, e registra – por último, mas não por menos – seus agradecimentos aos funcionários do ISBRE, todos também Participantes, cujo empenho e competência foram fundamentais para atingir os resultados alcançados.

GESTÃO PREVIDENCIAL

POPULAÇÃO AMPARADA PELOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

PLANOS	PARTICIPANTES ATIVOS	PARTICIPANTES ASSISTIDOS	DEPENDENTES
PB I	266	323	1.050
PB II	172	1	221

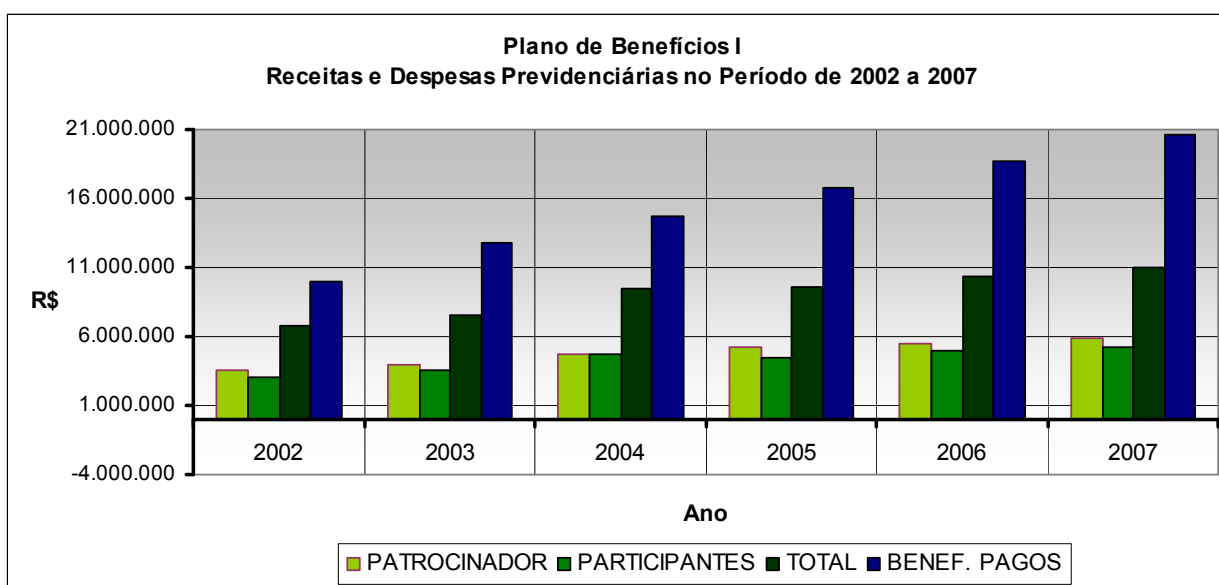


RECEITA CONTRIBUTIVA E BENEFÍCIOS PAGOS - PB I

R\$ mil

ANO	RECEITA CONTRIBUTIVA			BENEFÍCIOS PAGOS	RECEITA CONTRIBUTIVA / BENEFÍCIOS PAGOS
	PATROCINADOR (*)	PARTICIPANTES	TOTAL		
2002	3.611,5	3.097,1	6.708,7	9.996,8	67,11%
2003	3.932,5	3.549,1	7.481,6	12.773,8	58,57%
2004	4.763,6	4.686,3	9.449,9	14.716,5	64,21%
2005	5.169,4	4.462,3	9.631,7	16.710,5	57,64%
2006	5.444,4	4.942,2	10.386,6	18.680,6	55,60%
2007	5.828,7	5.186,5	11.015,2	20.561,6	49,17%

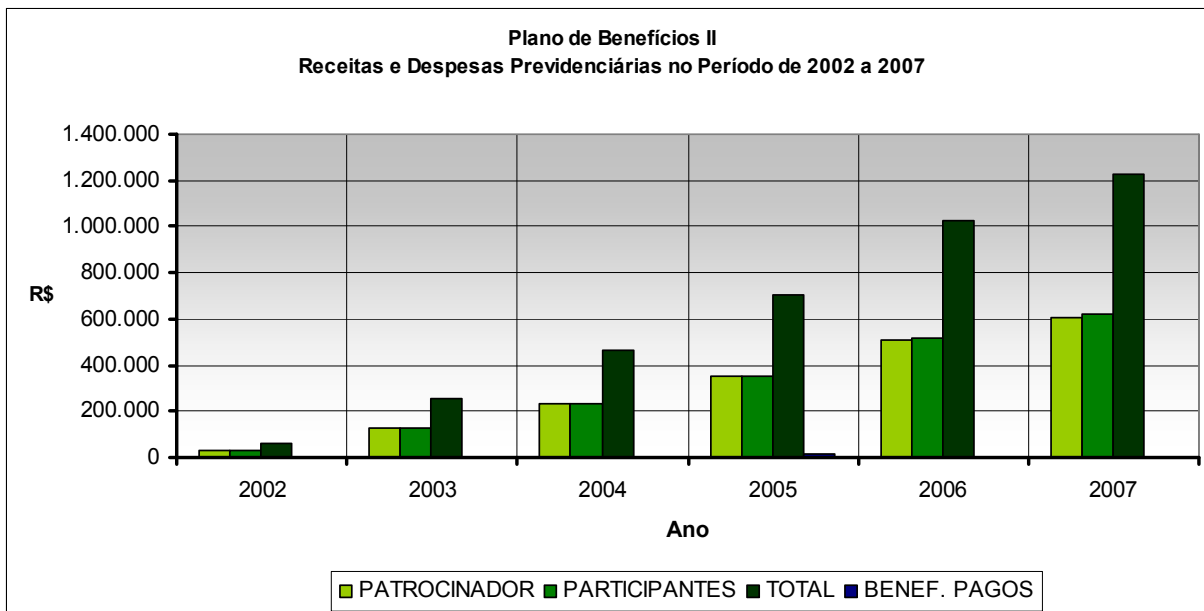
(*) A diferença entre a receita de patrocinadores e participantes deve-se, principalmente, ao pagamento pelo patrocinador de parcelas decorrentes do contrato firmado em 30/11/2000 para equacionamento de déficit técnico.



RECEITA CONTRIBUTIVA E BENEFÍCIOS PAGOS - PB II

R\$ mil

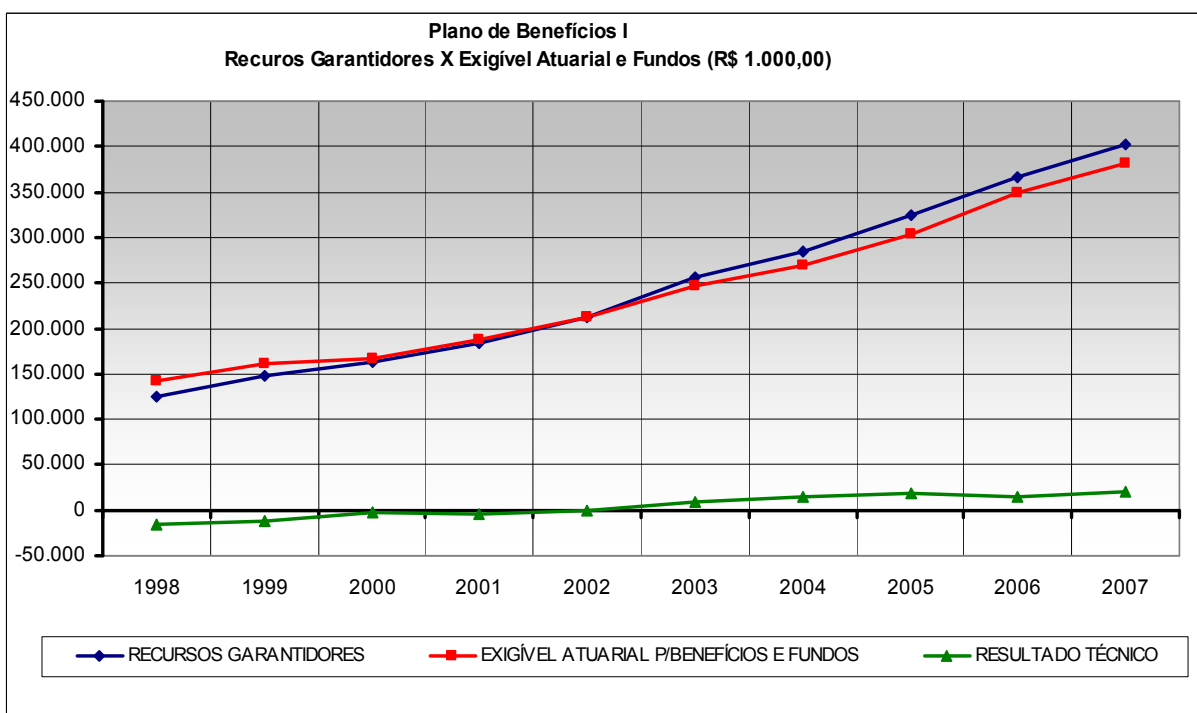
ANO	RECEITA CONTRIBUTIVA			BENEFÍCIOS PAGOS
	PATROCINADOR	PARTICIPANTES	TOTAL	
2002	29,5	29,5	59,0	0,0
2003	127,7	127,7	255,3	0,0
2004	230,7	230,7	461,4	0,0
2005	350,1	350,7	700,8	12,0
2006	510,5	517,1	1.027,6	0
2007	607,1	620,0	1.227,1	9,19



AValiação DOS PLANOS EM 31/12/07

R\$ mil

PLANOS	FUNDO GARANTIDOR	PROVISÕES MATEMÁTICAS E FUNDOS	RESULTADO TÉCNICO
PB I	402.095,6	382.129,9	19.965,7
PB II	4.717,4	4.717,4	-



Despesas com a Administração Previdencial

No que se refere à administração previdencial, foram realizadas as seguintes despesas durante o exercício de 2007.

em R\$

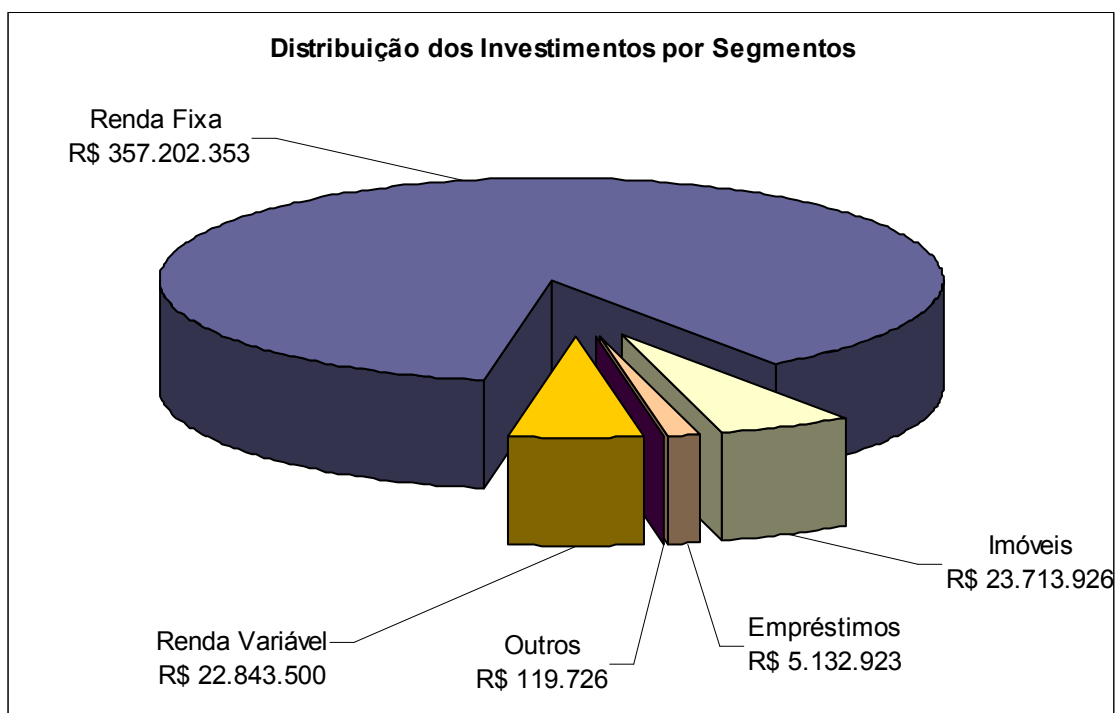
DESPESAS	1º SEM/07	2º SEM/07	ANO
Pessoal e Encargos	359.856,00	371.339,17	731.195,17
Serviços de Terceiros (auditoria, advocacia, atuário e outros)	65.644,64	61.500,70	127.145,34
Despesas Gerais (aluguel, luz, viagens e outros)	124.591,89	127.679,71	252.271,60
Amortizações e Depreciações	8.221,62	8.494,59	16.716,21
A) Total das Despesas	558.314,15	570.049,15	1.128.363,30
B) Total das Receitas de Contribuições	5.680.604,00	5.658.229,00	11.338.833,00
C) Custo da Administração Previdencial (A/B) *	9,83%	10,06%	9,94%

* Carregamento administrativo, cujo limite legal é 15%.

GESTÃO DE INVESTIMENTOS

Diretrizes de Alocação de Recursos

Considerando-se as condições macroeconômicas e as suas implicações para a valorização relativa dos ativos integrantes dos diferentes segmentos de investimento acessíveis aos fundos de pensão, bem como a limitação quanto à assunção de riscos inerentes à gestão de planos de caráter previdenciário, em especial os de benefício definido (Plano I) ou mistos (Plano II), a estratégia de investimentos seguida pelo ISBRE caracterizou-se pela baixa exposição a riscos de mercado, privilegiando-se o segmento de Renda Fixa. Em 31.12.2007, a carteira de investimentos do ISBRE, em consonância com a Política de Investimentos aprovada para o exercício, apresentava a composição evidenciada no quadro abaixo.



Os investimentos dos segmentos de Empréstimos a Participantes e de Imóveis são geridos pela própria Fundação. Já a gestão dos recursos financeiros, que incluem os segmentos de Renda Fixa e de Renda Variável, é terceirizada, sendo a sua administração realizada por meio do Fundo Exclusivo Banrisul Banregional Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento (FIC Banregional), cujo gestor é o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. No encerramento do exercício, o FIC Banregional tinha seus investimentos assim distribuídos:

INVESTIMENTOS DO FICFI BANRISUL BANREGIONAL	GESTOR	VALORES (EM R\$)	%
COTAS DE FUNDOS EXCLUSIVOS - RENDA FIXA		357.211.995,45	93,99
FI Banrisul Guarani	Banrisul	192.247.076,59	50,59
FI Pactual Charrua	Pactual Gestora	84.684.659,27	22,28
FI Votorantim Minuano	Votorantin Asset	80.279.459,59	21,12
COTAS DE FUNDOS ABERTOS - RENDA VARIÁVEL		22.843.499,59	6,01
FIA Schroder Performance	Schroder Investment	13.622.711,73	3,58
FIA Schroder Alpha Plus	Schroder Investment	9.220.787,86	2,43
TOTAL DE ATIVOS		380.054.695,04	100,00
Contas a Pagar/Receber e Tesouraria		-8.842,63	(0,00)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO FIC BANRISUL		380.045.852,41	100,00

O detalhamento da composição das carteiras dos Fundos de Investimento Exclusivos e da Carteira Imobiliária é apresentado semestralmente no Relatório de Gestão de Investimentos, disponível na área reservada aos Participantes no portal do ISBRE no endereço www.isbre.com.br.

Performance dos Investimentos

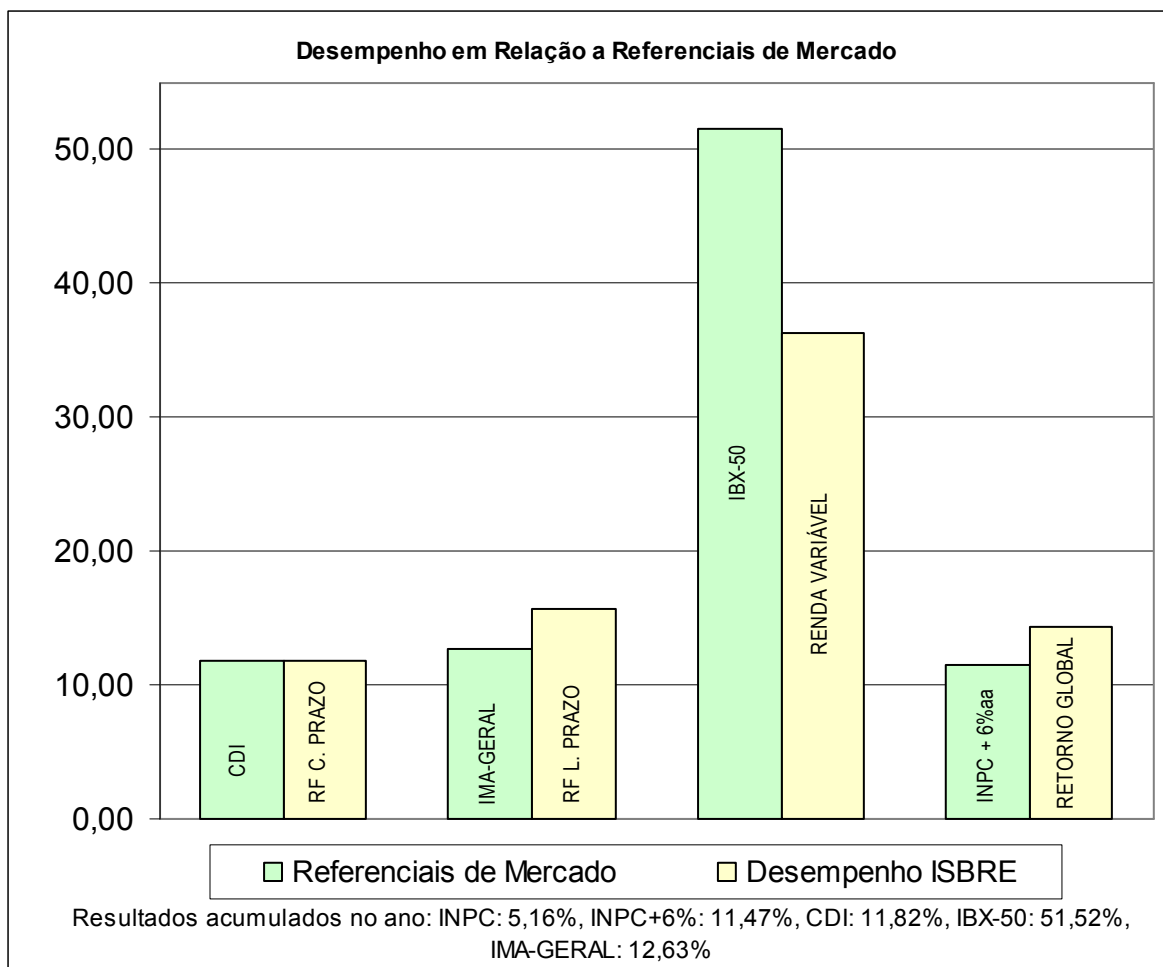
Os investimentos da Fundação apresentaram performance global de 14,42% no ano de 2007, correspondendo a 108,1% da meta anual estabelecida na Política de Investimentos para 2007. Tal desempenho representou também 125,7% do encargo atuarial do ano (INPC + 6%a.a.), de 11,47%, e 122% do CDI, que acumulou 11,82% no período.

As contribuições de cada segmento de aplicação para o resultado global são demonstradas na tabela a seguir:

SEGMENTO	PARTICIPAÇÃO MÉDIA NO ANO	RENTABILIDADE ACUMULADA POR SEGMENTO	CONTRIBUIÇÃO PARA O RESULTADO	POLÍTICA APROVADA	LIMITES LEGAIS
RENDA FIXA	87,53	13,28	11,62		
Curto Prazo	62,31	11,86	7,39	83 a 93	100
Longo Prazo	26,87	15,74	4,23		
RENDA VARIÁVEL	4,9	36,29	1,78	1 a 7	50
Fundos Abertos	4,9	36,29	1,78		
IMÓVEIS	6,29	12,92	0,81	3 a 8	11
EMPRÉSTIMOS	1,26	15,41	0,19		
OUTROS	0,03	35,70	0,01		
TOTAL	100,0		14,42		

Desempenho Comparado com Referenciais de Mercado

Comparando o desempenho dos segmentos e carteiras de investimentos financeiros com referenciais de mercado, o ISBRE alcançou os seguintes resultados:



Despesas com a Administração de Recursos

No decorrer do ano, a Fundação realizou as seguintes despesas relacionadas à administração dos recursos:

em R\$

Despesas	1º SEM/07	2º SEM/07	ANO
Pessoal e Encargos	323.797,38	325.135,51	648.932,89
Serviços de Terceiros (auditoria, advocacia, custódia e outros)	83.003,75	86.572,02	169.575,77
Despesas Gerais (aluguel, luz, viagens e outros)	61.968,51	62.801,71	124.770,22
Amortizações e Depreciações	8.221,49	8.494,48	16.715,97
A) Total das Despesas	476.991,13	483.003,72	959.994,85
B) Total Recursos Garantidores das Reservas Técnicas (*)	380.057.781,17	400.455.624,67	390.256.702,92
C) Custo da Gestão dos Ativos (A/B)	0,13%	0,12%	0,25%

(*) Média do Período

Política de Investimentos para 2008

A Política de Investimentos para 2008 manterá a estratégia conservadora de exposição a riscos decorrentes da alocação de ativos, o que requer o permanente aperfeiçoamento das práticas de gestão e de controles internos.

Foram definidos os seguintes limites de alocação por segmento de aplicação de recursos, sendo admitida a realização de operações com derivativos, tanto na busca de oportunidades de retorno quanto para proteção do patrimônio, observados, contudo, os limites legais.

Segmento	Investimentos	Limite Máximo	Alvo
Renda Fixa	Baixo Risco de Crédito	100%	87,50%
Renda Variável	FIAs e FIs Multimercado	15%	7,50%
Imóveis	Imóveis para Renda	7%	3,50%
Empréstimos e Financiamentos	Empréstimos	3% (PB I) a 15% (PBII)	1,50%

Na composição das carteiras dos Fundos Exclusivos serão observados os seguintes limites de diversificação na alocação de ativos.

Ativos de Renda Fixa			
	Baixo Risco	Médio Risco	Alto Risco
Pessoa Jurídica Não Financeira	2,00%	0,00%	0,00%
Instituição Financeira	4,00%	0,00%	0,00%
FIDC (limite global)	2,00%	0,00%	0,00%

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO

Em 31 de dezembro de 2007 e 2006

em R\$ mil

ATIVO	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO	PASSIVO	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO
	Atual	Anterior		Atual	Anterior
DISPONÍVEL	14	53	EXIGÍVEL OPERACIONAL	487	275
REALIZÁVEL	416.965	377.123	Programa Previdencial	178	2
Programa Previdencial	7.914	7.798	Programa Administrativo	307	273
Programa Administrativo	38	28	Programa de Investimentos	2	-
Programa de Investimentos	409.013	369.297	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	9.785	8.501
Renda Fixa	380.046	339.142	Programa Previdencial	9.685	8.426
Renda Variável	120	102	Programa Administrativo	100	75
Investimentos Imobiliários	23.714	25.202	EXIGÍVEL ATUARIAL	374.534	347.629
Operações com Participantes	5.133	4.851	Provisões Matemáticas	374.534	347.629
PERMANENTE	106	99	Benefícios Concedidos	213.004	185.005
Imobilizado	59	41	Benefícios a Conceder	161.530	162.624
Diferido	47	58	RESERVAS E FUNDOS	32.279	20.870
			Resultados Realizados	19.966	15.124
			Superávit Técnico	19.966	15.124
			Fundos	12.313	5.746
			Programa Previdencial	7.383	1.859
			Programa Administrativo	4.930	3.887
TOTAL DO ATIVO	417.085	377.275	TOTAL DO PASSIVO	417.085	377.275

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO - CONSOLIDADO

Em 31 de dezembro de 2007 e 2006

em R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO
	Atual	Anterior
PROGRAMA PREVIDENCIAL		
Recursos Coletados	12.242	19.008
Recursos Utilizados	(20.652)	(18.748)
Constituição/Reversões de Contingências	(2.588)	(4.710)
Custeio Administrativo	(1.701)	(1.542)
Resultado dos Investimentos Previdenciais	49.970	48.011
Constituições/Reversões de Provisões Atuariais	(26.905)	(45.371)
Constituições/Reversões de Fundos	(5.524)	(294)
(=) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	4.842	(3.646)
PROGRAMA ADMINISTRATIVO		
Recursos Oriundos de Outros Programas	2.661	2.401
Despesas	(2.087)	(1.969)
Constituição/Reversão Contingência	(128)	(75)
Resultado dos Investimentos Administrativos	597	503
(=) Constituição/Reversão de Fundos	1.043	770
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS		
Renda Fixa	47.957	45.485
Renda Variável	34	19
Investimentos Imobiliários	2.877	3.286
Operações com Participantes	707	635
Relacionados com Disponível	(48)	(52)
Relacionados com Tributos	-	-
Custeio Administrativo	(960)	(859)
Resultados Transferidos para Outros Programas	(50.567)	(48.514)
(=) Constituição/Reversão de Fundos	-	-

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS FINANCEIROS
Em 31 de dezembro de 2007 e 2006

em R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	EXERCÍCIO Atual	EXERCÍCIO Anterior
<u>PROGRAMA PREVIDENCIAL</u>	(9.678)	(9.926)
ENTRADAS	12.304	11.419
Recursos Coletados	12.242	19.008
Recursos a Receber	(85)	(7.589)
Outros Realizáveis/Exigibilidades	147	-
SAÍDAS	(21.982)	(21.345)
Recursos Utilizados	(20.652)	(18.748)
Utilizações a Pagar	(1)	-
Outros Realizáveis/Exigibilidades	-	(15)
Constituições/Reversões de Contingências	(1.329)	(2.582)
<u>PROGRAMA ADMINISTRATIVO</u>	(2.174)	(1.992)
ENTRADAS	-	-
Receitas	-	-
SAÍDAS	(2.174)	(1.992)
Despesas	(2.087)	(1.969)
Despesas a Pagar	34	9
Despesas Futuras	(8)	1
Permanente	(8)	(29)
Outros Realizáveis/Exigibilidades	(1)	(4)
Constituições/Reversões de Contingências	(104)	
<u>PROGRAMA DE INVESTIMENTOS</u>	11.814	11.956
Renda Fixa	7.053	8.212
Renda Variável	16	20
Investimentos Imobiliários	4.366	4.163
Operações com Participantes	426	(384)
Relacionados com Disponível	(48)	(52)
Relacionados com Tributos	1	(3)
(=) Fluxo nas Disponibilidades	(38)	38
(=) Variação nas Disponibilidades	(38)	38

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL
PLANO I - BENEFÍCIO DEFINIDO
 Em 31 de dezembro de 2007 e 2006

em R\$

ATIVO	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO	PASSIVO	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO
	Atual	Anterior		Atual	Anterior
TOTAL	412.362.810,79	374.180.860,88	TOTAL	412.362.810,79	374.180.860,88
DISPONÍVEL	14.181,81	52.568,11	CONTAS A PAGAR	483.279,08	273.085,15
CONTAS A RECEBER	7.951.506,72	7.826.078,70	Programa Previdencial	178.276,99	1.968,79
Programa Previdencial	7.914.186,56	7.797.882,18	Programa Administrativo	303.286,88	270.922,53
Programa Administrativo	37.320,16	28.196,52	Programa de Investimentos	1.715,21	193,83
APLICAÇÕES	404.291.964,66	366.204.095,32	VALORES EM LITÍGIO	9.783.942,34	8.500.587,51
Renda Fixa	375.659.695,75	336.301.482,78	COMPROMISSOS COM		
Renda Variável	118.344,51	100.343,10	PARTICIP. E ASSISTIDOS	370.956.859,45	345.024.728,57
Imóveis	23.440.240,93	24.991.500,91	FUNDOS	11.173.020,56	4.913.906,82
Empréstimos	5.073.683,47	4.810.768,53	EQUILÍBRIO TÉCNICO	19.965.709,36	15.468.552,83
BENS DE USO PRÓPRIO	105.157,60	98.118,75	Resultados Realizados	19.965.709,36	15.468.552,83
			Superávit Técnico	19.965.709,36	15.468.552,83

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
PLANO I - BENEFÍCIO DEFINIDO
 Em 31 de dezembro de 2007 e 2006

em R\$

DISCRIMINAÇÃO	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO
	Atual	Anterior
(+) CONTRIBUIÇÕES	11.015.152,22	17.980.675,81
(-) BENEFÍCIOS	(20.561.645,02)	(18.680.601,62)
(+/-) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	51.015.680,28	49.030.925,66
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	41.469.187,48	48.330.999,85
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(2.066.217,13)	(1.955.761,72)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE VALORES EM LITÍGIO	(2.714.569,20)	(4.785.107,54)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DOS COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(25.932.130,88)	(44.699.482,38)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	(6.259.113,74)	(784.652,77)
(=) SUPERÁVIT TÉCNICO DO EXERCÍCIO	4.497.156,53	(3.894.004,56)
Comentários sobre a RENTABILIDADE do Plano:	Comentários sobre o CUSTEIO ADMINISTRATIVO do Plano:	
<p>A performance dos investimentos permitiu ao Plano de Benefícios I - BD a obtenção de uma rentabilidade anual de 14,42%, equivalente à rentabilidade anual líquida de 8,80%, após descontado o INPC acumulado no ano de 5,16%.</p> <p>Os Recursos Garantidores das Reservas Técnicas evoluíram de R\$ 365.407 mil para R\$ 402.095 mil, correspondendo um crescimento de 10,04%. Mesmo com a necessidade de aumento da provisão para contingências judiciais relativas a ações movidas por Participantes (valor adicional: R\$ 2.588 mil) e da constituição de Fundo Previdencial, no valor de R\$ 5.460 mil, para dar cobertura atuarial ao impacto futuro nas reservas decorrentes dessas ações, o Plano de Benefícios I – BD obteve um superávit no ano de R\$ 4.497 mil.</p>	<p>O custo global de gestão, compreendendo o somatório das Despesas Administrativas Previdenciais e das Despesas Administrativas de Investimento, foi equivalente a 0,53% do patrimônio médio do Plano.</p>	

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL
PLANO II - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA
 Em 31 de dezembro de 2007 e 2006

em R\$

ATIVO	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO	PASSIVO	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO
	Atual	Anterior		Atual	Anterior
TOTAL	4.722.403,27	3.094.355,18	TOTAL	4.722.403,27	3.093.724,57
DISPONÍVEL	165,73	443,98	CONTAS A PAGAR	3.865,64	2.289,77
CONTAS A RECEBER	546,19	238,14	Programa Previdencial	304,48	-
Programa Previdencial	110,44	-	Programa Administrativo	3.541,14	2.288,13
Programa Administrativo	435,75	238,14	Programa de Investimentos	20,02	1,64
APLICAÇÕES	4.720.463,54	3.092.844,38	VALORES EM LITÍGIO	1.154,11	630,61
Renda Fixa	4.386.156,66	2.840.296,34	PARTICIP. E ASSISTIDOS	3.577.554,98	2.603.806,13
Renda Variável	1.381,78	847,47	FUNDOS	1.139.828,54	832.031,26
Imóveis	273.685,39	211.070,34	EQUILÍBRIO TÉCNICO	-	(344.402,59)
Empréstimos	59.239,71	40.630,23	Resultados Realizados	-	(344.402,59)
BENS DE USO PRÓPRIO	1.227,81	828,68	Déficit Técnico	-	(344.402,59)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
PLANO II - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA
 Em 31 de dezembro de 2007 e 2006

em R\$

DISCRIMINAÇÃO	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO
	Atual	Anterior
(+) CONTRIBUIÇÕES	1.227.157,22	1.027.591,07
(-) BENEFÍCIOS	(90.874,82)	(67.574,29)
(+/-) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	511.828,08	342.743,86
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	1.648.110,48	1.302.760,64
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(20.734,48)	(13.732,85)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE VALORES EM LITÍGIO	(1.427,28)	(630,60)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DOS COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(973.748,85)	(671.343,09)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	(307.797,28)	(369.171,87)
(=) SUPERÁVIT TÉCNICO DO EXERCÍCIO	344.402,59	247.882,23
Comentários sobre a RENTABILIDADE do Plano: Os investimentos do Plano de Benefícios II – CV alcançaram uma rentabilidade global de 14,42% a.a. Os recursos do Plano evoluíram de R\$ 3.091 mil para R\$ 4.717 mil, o que corresponde a um crescimento de 52,6%, tendo sido registrado um superávit técnico de R\$ 344 mil.	Comentários sobre o CUSTEIO ADMINISTRATIVO do Plano: O custo global de gestão, compreendendo o somatório das Despesas Administrativas Previdenciais e das Despesas Administrativas de Investimento, foi equivalente a 0,53% do patrimônio médio do Plano.	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, cuja atividade é regulada pelas Leis Complementares nºs. 108 e 109, ambas, de 29 de maio de 2001, bem como pelas normas expedidas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS, por sua Secretaria de Previdência Complementar – SPC, no que se refere às questões de natureza previdenciária e administrativa, e pelo Conselho Monetário Nacional, nos aspectos relativos à aplicação dos recursos garantidores das Reservas Técnicas.

Para se adequar ao novo Código Civil Brasileiro, instituído pela Lei nº. 10.406, de 11 de janeiro de 2002, conforme artigo 62 do capítulo que trata das Fundações, o **ISBRE** realizou mudança na sua razão social, passando de Instituto de Seguridade Social do BRDE para Fundação BRDE de Previdência Complementar, conforme publicação no Diário Oficial de 15 de julho de 2006.

A entidade tem como objetivo estatutário o pagamento de benefícios suplementares, ou assemelhados, às prestações asseguradas pela Previdência Oficial aos grupos familiares dos empregados vinculados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE e da própria Fundação, na forma prevista no regulamento dos planos de benefícios por ela administrados, promovendo o bem-estar social dos seus Participantes.

Para a consecução desse objetivo, a Fundação dispõe de recursos financeiros oriundos das contribuições dos Patrocinadores e dos Participantes, bem como das receitas decorrentes das aplicações desses recursos.

O **ISBRE** administra dois planos de benefícios distintos: o Plano de Benefícios I, de modalidade Benefício Definido – BD e o Plano de Benefícios II, na modalidade de Contribuição Variável – CV.

Em 31/12/2007, o Plano de Benefícios I é formado por 266 Participantes Ativos e 323 Participantes Assistidos. Na mesma data, o Plano de Benefícios II é formado por 172 Participantes Ativos e 1 Participante Assistido.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis do **ISBRE** foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC, para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC, através da Resolução do Conselho de Gestão de Previdência Complementar - CGPC nº. 5, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução CGPC nº. 10, de 5 de julho de 2002. São compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados do Exercício e Demonstração do Fluxo Financeiro.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas foram as seguintes:

3.1 ESCRITURAÇÃO CONTÁBEL

A escrituração contábil está de acordo com as normas legais de registro e manutenção dos livros obrigatórios e auxiliares.

3.2 APURAÇÃO DE RESULTADO

As receitas e despesas são registradas segundo o regime de competência, conforme estabelecem as Normas Brasileiras de Contabilidade.

3.3 REALIZÁVEL – PROGRAMA PREVIDENCIAL

Descrição	Em milhares de Reais	
	2007	2006
Déficit Contratado	7.679	7.594
Outros realizáveis	235	204
	7.914	7.798

O Déficit contratado corresponde ao Contrato para Cobertura Parcial de Déficit Técnico, assinado em 2000, entre o BRDE e a Fundação, cujo propósito foi o de amortizar um terço do Déficit Técnico apurado na Avaliação Atuarial de 30 de junho de 2000, com amortização programada para 240 meses e encargos correspondentes à variação do Índice Geral de Preços - IGP-M e juros de 6% ao ano. Em 31/12/2007, o saldo deste contrato é de R\$ 7.679 mil, a ser pago em 155 parcelas

mensais remanescentes. O recebimento do contrato vem ocorrendo de acordo com as condições contratadas.

3.4 REALIZÁVEL – PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

Descrição	Em milhares de Reais	
	2007	2006
Renda Fixa	380.046	339.142
Aplicações em Instituições Financeiras	381.774	340.870
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.728)	(1.728)
Renda Variável	120	101
Mercado de ações	120	101
Investimentos Imobiliários	23.714	25.203
Edificações Locadas ao Patrocinador	995	995
Edificações Locadas a Terceiros	11.140	11.687
Bens Móveis (Móveis e Utensílios, Máquinas e Equipamentos e Instalações em Geral)	836	836
(-) Depreciação Acumulada	(731)	(907)
Aluguéis a Receber	32	34
(-) Provisão para perdas	(6)	(6)
Alienação de Investimentos Imobiliários	10.664	11.743
(-) Provisão para perdas	(42)	(5)
Outros Investimentos Imobiliários	826	826
Operações com Participantes	5.133	4.851
	409.013	369.297

3.4.1 Renda Fixa

Observando exigências da Secretaria de Previdência Complementar (Resolução CGPC nº. 4, de 01/01/2002), as determinações constantes na Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº. 3.456, de 01 de junho de 2007 e a Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo para o exercício, são apresentados os valores em 31 de dezembro de 2007 dos investimentos, de acordo com os prazos de vencimento.

Tipo de título	Em milhares de Reais		
	Custo de aquisição	Valor de avaliação	Faixas de vencimento
Renda Fixa			
Títulos para negociação (valor de mercado)			
CDB	6.500	6.997	Até 360 dias
Debêntures	7.000	7.048	Até 360 dias
Fundo de Ações - FIAs	8.769	22.843	Até 360 dias
LTN	56.294	60.475	Até 360 dias
Títulos Compromissados (Over)	108.477	108.568	Sem prazo
NTN-B	37.778	38.121	Acima de 360 dias
	224.818	244.052	
Títulos mantidos até o vencimento (valor de curva)			
LFT	9.031	14.892	Até 360 dias
LFT-RS	2.979	5.919	Até 360 dias
NTN-B	40.332	46.171	Acima de 360 dias
NTN-C	57.505	69.052	Até 360 dias
	109.847	136.034	
Contas a Pagar/Receber		(57)	
Tesouraria		17	
Total Fundo Exclusivo	334.665	380.046	

Os recursos financeiros da Fundação estão alocados no Fundo Exclusivo Banrisul Banregional FICFI Multimercado. Este fundo, por ter a maior parte dos recursos alocados em renda fixa, R\$ 357.211 mil (2006 – R\$ 324.907 mil), mesmo tendo parte de seu lastro em Renda Variável, R\$ 22.843 mil (2005 – R\$ 14.235 mil), de acordo com as normas vigentes, está classificado na contabilidade como Renda Fixa.

3.4.1.1 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Representa o registro de valores para cobrir o risco de perda de valores a receber referentes a Aplicações Financeiras, conforme estabelece os itens 30 e 31 do Anexo E da Resolução do CGPC nº. 05, de 30 de janeiro de 2002.

3.4.2 Renda Variável

Na conta Renda Variável estão alocados recursos referentes a saldo de ações sem negociação em Bolsa de Valores.

3.4.3 Investimentos Imobiliários

3.4.3.1 Edificações Locadas ao Patrocinador e a Terceiros

Os valores dos Investimentos Imobiliários encontram-se demonstrados pelo custo de aquisição dos bens, ajustados pelas movimentações de aquisições e vendas durante o exercício, além das reavaliações e depreciações.

Os valores das edificações são depreciados pela vida útil remanescente indicada nos respectivos laudos de avaliação.

3.4.3.2 Reavaliações

Em setembro de 2007 foram registrados os valores de reavaliação procedida pela empresa especializada, Embraval – Consultoria e Engenharia Ltda.

Descrição	Valor da reavaliação	Em milhares de Reais	
		Valor contábil	Varição
São Luiz, 77	9.175	9.048	127

3.4.3.3 Alienação de Investimentos Imobiliários

Estão demonstrados os saldos das operações de venda de imóveis realizadas a prazo, os quais são corrigidos pela variação dos índices de inflação convencionados nos respectivos Contratos de Promessa de Compra e Venda.

Durante o exercício de 2007, foram alienados os imóveis localizados na Rua Plínio Brasil Milano, 805 salas 402 e 808 e boxes 35 e 47, em Porto Alegre.

Imóvel	Correção do contrato	Em milhares de Reais	
		2007	2006
João Gualberto, 530/570	INPC + juros de 6% ao ano	8.277	8.057
Auxiliadora, 215	IGP-M + juros simples de 10% ao ano	329	426
Plínio B. Milano, 1155	IGP-M + juros de 6,75 % ao ano	298	536
2,563% do Beiramar Shopping	INPC + juros de 10% ao ano	1.111	1.193
Sete de Setembro, 713/721	INPC + juros de 8% ao ano	383	1.030
Galeria do Rosário – 2º andar	IGP-M + juros de 6% ao ano	43	35
Demais imóveis alienados	INPC ou IGP-M + juros	223	495
		10.664	11.772

3.4.3.4 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Representa o registro de valores para cobrir o risco de perda de valores a receber referentes a venda de imóveis a prazo, conforme estabelece os itens 30 e 31 do Anexo E da Resolução do CGPC nº. 05, de 30 de janeiro de 2002.

Imóvel	Correção do contrato	Em milhares de Reais	
		2007	2006
Galeria do Rosário – 2º andar	IGP-M + juros de 6% ao ano	(43)	(35)

3.4.4 Operações com Participantes

Registram os empréstimos concedidos aos Participantes Ativos e Assistidos, cujas parcelas são descontadas mensalmente nas folhas de pagamento do BRDE e ISBRE. Os encargos financeiros

praticados encontram-se mencionados nas disposições contratuais e são apropriados mensalmente ao resultado.

Indexador	Juros	Em milhares de Reais	
		2007	2006
Selic	3%	161	527
Índice Geral de Preço de Mercado – IGP-M	10%	514	1.614
Índice Nacional de Preço do Consumidor – INPC	10%	1.371	2.710
Índice Nacional de Preço do Consumidor – INPC	9%	3.087	-
		5.133	4.851

3.5 ATIVO PERMANENTE

Os bens do Imobilizado encontram-se demonstrados pelo respectivo custo de aquisição, ajustado pelas movimentações de aquisições e baixas no período e pelas depreciações calculadas pelo método linear, com base nas taxas demonstradas no quadro abaixo.

O Diferido é demonstrado pelo custo de aquisição dos Softwares, ajustado pelas aquisições e baixas no período e pelas amortizações calculadas pelo método linear, com base na taxa de 20% ao ano.

Descrição	Taxas de depreciação % a.a.	Em milhares de Reais	
		2007	2006
Imobilizado			
Móveis e Utensílios	10%	4	5
Máquinas e Equipamentos	10%	12	9
Direitos de Uso de Telefones		2	2
Computadores e Periféricos	20%	41	25
		59	41
Diferido			
Software	20%	45	56
Benfeitorias	20%	2	2
		47	58
		106	99

3.6 EXIGÍVEL OPERACIONAL

3.6.1 Programa Previdencial

Registra o saldo da provisão do Imposto de Renda Retido na Fonte sobre benefícios pagos em dezembro do corrente exercício que será recolhido em janeiro de 2008.

3.6.2 Programa Administrativo

Demonstra os valores da provisão dos encargos sociais e fiscais referentes à folha de pagamento do mês de dezembro do corrente ano, além das provisões trabalhistas e outros valores a pagar conhecidos ou calculáveis até 31 de dezembro de 2007.

3.7 EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Contempla valores de ações judiciais da área previdencial em andamento que, no entendimento da Consultoria Jurídica da Fundação, representam risco de perda provável. Para cada uma das ações foi atribuído percentual de provável perda e calculada a necessidade de provisão considerando, nas ações dos Participantes, como parcelas dedutivas: a) o montante esperado das contribuições pregressas sobre o benefício adicional conseguido pelo Participante, já que isto é postulado em todas as ações dessa natureza; e b) as correspondentes contribuições da Patrocinadora.

Atualizada para 31 de dezembro de 2007, a provisão monta R\$ 10.928 mil (2006 – R\$ 9.006 mil). Deste total, deduzem-se ainda depósitos judiciais no valor de R\$ 1.243 mil (2006 – R\$ 580 mil).

Na área administrativa foi provisionado o valor de R\$ 100 mil referente ação judicial movida por ex-funcionários da Fundação.

3.8 EXIGÍVEL ATUARIAL – PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas são constituídas sob bases atuariais e encontram-se fundamentadas em Laudo Técnico específico, emitido pela empresa P & D Consultoria Empresarial Ltda, o qual faz parte das Demonstrações Contábeis.

Assim, o passivo atuarial, constituído através das provisões matemáticas, é composto da seguinte forma:

Plano I – Benefício Definido	Em milhares de Reais	
	2007	2006
Descrição		
Exigível Atuarial		
Benefícios Concedidos		
Benefícios do Plano	263.087	231.437
(-) Contribuições dos Patrocinadores s/Benefícios	(25.156)	(23.216)
(-) Outras Contribuições da Geração Atual	(25.156)	(23.216)
	212.775	185.005
Benefícios a Conceder		
Benefícios Plano com Geração Atual	203.716	212.538
(-) Contribuição do Patrocinador da Geração Atual	(22.767)	(26.259)
(-) Outras Contrib. Geração Atual	(22.767)	(26.259)
	158.182	160.020
	370.957	345.025

Plano II – Contribuição Variável	Em milhares de reais	
	2007	2006
Descrição		
Exigível Atuarial		
Benéficos Concedidos		
Benefícios do Plano	229	-
	229	-
Benefícios a Conceder		
Benefícios de Risco		
Benefícios do Plano	-	1.683
Contribuições do Plano	-	(1.262)
	-	421
Benefícios Programáveis	3.348	2.183
	3.577	2.604

3.9 RESERVAS E FUNDOS

3.9.1 Equilíbrio Técnico

O Superávit Técnico Acumulado do Plano de Benefícios I atingiu, em 31 de dezembro de 2007, o montante de R\$ 19.966 mil (2006 - R\$ 15.468 mil). A ocorrência de superávit foi consequência da obtenção de uma rentabilidade nas aplicações dos ativos em nível superior ao mínimo atuarial exigível.

Em 31/12/2007, o Plano de Benefícios II apresentou Equilíbrio Técnico (2006 – déficit de R\$ 344 mil). Isso ocorreu devido às modificações introduzidas por ocasião da avaliação atuarial do corrente ano (data base: 30/06/2007), quando, por recomendação da Consultoria Atuarial, foram realizados ajustes nos regimes de financiamento dos Benefícios de Risco, passando de Capitalização para Repartição Simples no Auxílio Doença e Capitais de Cobertura na Pensão e Aposentadoria por Invalidez.

3.9.2 Fundos

3.9.2.1 Fundo Previdencial

Em 31/12/2007, em conformidade com os preceitos definidos na Avaliação Atuarial de 2007, foi constituído Fundo Previdencial para o Plano de Benefícios I. Tal Fundo tem por objetivo suportar o impacto provável, nas Provisões Matemáticas (reservas), decorrente de demandas judiciais que postulam a incorporação, nos cálculos dos benefícios previdenciários, de valores que seriam devidos em função de mudanças nos avanços da carreira realizados pelo Patrocinador em 1994 (ATS) e de outros eventuais direitos postulados pelos Participantes.

O método de avaliação se fundamentou nas hipóteses econômico-financeiras e demográficas do plano e nos valores presentes dos compromissos atuariais que seriam necessários, considerando as probabilidades de ocorrências de sentenças judiciais desfavoráveis ao ISBRE. Parte do valor desta constituição é oriunda do Fundo para Oscilação de Risco existente no exercício anterior.

No Plano de Benefícios II, os Fundos de Oscilação de Risco e Benefícios de Risco estão constituídos com base nas regras e disposições regulamentares. Em 31/12/2007, conforme

recomendação da Consultoria Atuarial, o Fundo de Oscilação de Risco foi incrementado com o Superávit Técnico apurado na referida data (R\$ 53 mil).

O quadro abaixo demonstra a composição do Fundo Previdencial de cada Plano.

Descrição	Em milhares de Reais					
	2007			2006		
	Plano I – BD	Plano II – CD	Consolidado	Plano I – BD	Plano II – CD	Consolidado
Fundo Previdencial	6.921	462	7.383	1.461	398	1.859
Cobertura p/ Oscilação de Risco	-	82	82	1.461	9	1.470
Benefício de Risco	-	380	380	-	389	389
Fundo Previdencial	6.921	-	6.921	-	-	-

3.9.2.2 Fundo Administrativo

A Despesa Administrativa Previdencial é suportada pela receita de contribuições dos Patrocinadores e dos Participantes, até o limite de 15% destas. Havendo sobras, entre os 15% da receita de contribuições e a despesa com a administração previdencial realizada, as mesmas são contabilizadas como Fundo Administrativo, o qual, em 31 de dezembro de 2007, acumula um saldo de R\$ 4.930 mil (em 2006 – R\$ 3.887 mil). Os recursos desse Fundo são utilizados para a cobertura de eventuais déficits de custeio, que ocorrem quando, em um determinado mês, a despesa com a administração previdencial realizada excede o montante de 15% das receitas contributivas.

4. RATEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Para o rateio das despesas administrativas comuns aos Planos de Benefícios I (BD) e II (CV) foi adotado o seguinte critério:

- Pessoal e Encargos

Nas despesas com Pessoal e Encargos, constitui Despesa Administrativa Previdencial, o custo total dos funcionários que exercem suas atividades exclusivamente na área previdencial, inclusive a gerência de previdência e Despesa Administrativa de Investimento, o custo total dos funcionários que exercem suas atividades exclusivamente na área de investimentos, inclusive a gerência financeira e de investimentos. As demais áreas como contabilidade, tesouraria, informática, secretaria e pessoal, terão o custo total dos funcionários rateado na razão de 50% para a Administração Previdencial e de Investimentos.

- Serviços de Terceiros

Constituem Despesa Administrativa Previdencial os serviços prestados exclusivamente para a área previdencial, tais como as consultorias atuariais e Despesa Administrativa de Investimentos os serviços prestados exclusivamente para a área de investimentos, tais como consultorias de investimentos, custódia de valores e outros diretamente relacionados com os investimentos. As demais despesas de Serviços de Terceiros comuns a Administração Previdencial e de Investimentos, tais como Advocacia, Auditoria e outros comuns, terão o custo total rateado na razão de 50% para a Administração Previdencial e de Investimentos.

- Despesas Gerais

As Despesas Gerais, tais como Treinamento, Viagens e Assinaturas e Mensalidades são alocadas nas respectivas áreas conforme o objetivo do treinamento, viagem ou assinatura. Nas demais despesas, tais como Aluguel, Condomínio, Luz e Telefone, entre outras, serão rateadas na razão de 50% para a Administração Previdencial e de Investimentos.

5. TRANSFERÊNCIAS INTERPROGRAMAS

Para custear as despesas administrativas previdenciais, foram transferidos do Programa Previdencial para o Administrativo R\$ 1.701 mil (2006 – 1.542 mil), referente a sobrecarga administrativa de 15% das contribuições normais.

Depois de realizada a transferência de R\$ 960 mil (2006 – R\$ 859 mil) para custeio da gestão dos investimentos, o resultado de R\$ 50.567 mil (2006 – R\$ 48.514 mil) do Programa de Investimentos foi segregado e transferido proporcionalmente aos recursos aplicados, sendo, R\$ 597 mil (2006 – R\$ 503 mil) para o Programa Administrativo e R\$ 49.970 mil (2005 – R\$ 48.011 mil) para o Previdencial.

Por fim, após apuração do resultado do Programa Previdencial R\$ 4.842 mil (2006 – déficit de R\$ 3.646 mil) e Programa Administrativo R\$ 1.043 mil (2006 – R\$ 770 mil), estes foram transferidos para o Passivo nas contas Superávit Técnico e Fundo Administrativo, respectivamente.

6. SEGREGAÇÃO CONTÁBIL DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

Na segregação contábil dos planos foi utilizado o método “Unifundo”, contabilizando-se os recursos primários diretamente nos Planos de Benefícios, e os recursos secundários, comuns aos planos, pela proporcionalidade do patrimônio de cada plano. A seguir demonstramos a segregação dos Planos de Benefícios em 31 de dezembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006.

Descrição	Em milhares de Reais					
	2007			2006		
	Plano I – BD	Plano II – CD	Consolidado	Plano I – BD	Plano II – CD	Consolidado
Ativo						
Disponível	14	-	14	53	-	53
Realizável						
Previdencial	7.914	-	7.914	7.798	-	7.798
Administrativo	38	-	38	28	-	28
Investimentos	404.292	4.721	409.013	366.204	3.093	369.297
	412.244	4.721	416.965	374.030	3.093	377.123
Permanente	105	1	105	98	1	99
Total do Ativo	412.363	4.722	417.085	374.181	3.094	377.275
Passivo						
Exigível Operacional						
Previdencial	178	-	178	2	-	2
Administrativo	303	4	307	271	2	273
Investimentos	2	-	2	-	-	-
	483	4	487	273	2	275
Exigível Contingencial						
Previdencial	9.685	-	9.685	8.426	-	8.426
Administrativo	99	1	100	74	1	75
	9.784	1	9.785	8.501	1	8.501
Provisões Matemáticas						
Benefícios Concedidos						
Benefícios do Plano	263.087	229	263.316	231.437	-	231.437
Contribuições do Plano	(50.312)	-	(50.312)	(46.432)	-	(46.432)
	212.775	229	213.004	185.005	-	185.005
Benefícios a Conceder						
Benefícios do Plano	203.716	-	203.716	212.538	-	212.538
Contribuições do Plano	(45.534)	-	(45.534)	(52.518)	-	(52.518)
Benefícios de Risco	-	-	-	-	421	421
Benef. Programáveis	-	3.348	3.348	-	2.183	2.183
	158.182	3.348	161.530	160.020	2.604	162.624
Reservas e fundos						
Superávit/Déficit						
Acumulado	19.966	-	19.966	15.469	(343)	15.126
Fundo Previdencial	6.921	462	7.383	1.461	398	1.859
Fundo Administrativo	4.252	678	4.930	3.452	433	3.885
	31.139	1.140	32.279	20.382	487	20.870
Total do Passivo	412.363	4.722	417.085	374.181	3.094	377.181

Argus Ruy Guex de Oliveira
Diretor Superintendente
CPF 176.060.390-20

Dante Carlos Schuch
Diretor Administrativo e de Seguridade
CPF 138.654.200-87

Hilário Todeschini
Contador - CRC/RS 40.688
CPF 337.171.250-87

PARECERES

P&D/ISBRE/14/08

Porto Alegre, 18 de janeiro de 2008

Ao
Ilmo Sr. Argus Ruy Guex de Oliveira
M.D. Diretor Superintendente da Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE
Rua Uruguai, 155/14º andar
Nesta Capital

Ref.: Parecer Atuarial do Plano de Benefícios I

1. OBJETIVO

O presente parecer objetiva evidenciar os aspectos atuariais relevantes do Plano de Benefícios I gerido pelo ISBRE – Fundação BRDE de Previdência Complementar, em conformidade com as disposições contidas no item 19 do anexo “e” da Resolução CGPC nº 05/2002, bem como no artigo 4º da Instrução de Serviço SPC nº 07/2005.

2. BASE CADASTRAL

A base cadastral que subsidiou a Avaliação Atuarial de 30/06/2007, fornecida pela entidade, foi consistida e considerada satisfatória, refletindo a posição do quadro de Participantes ativos e assistidos na data da respectiva avaliação. Em 31/12/2007, encontravam-se cadastrados no Plano de Benefícios I:

- 269 Participantes ativos, sendo 163 do sexo masculino e 106 do sexo feminino; e
- 327 Participantes assistidos, distribuídos da seguinte forma:
 - Aposentados por Tempo de Contribuição ou por Idade: 254
 - Aposentados por Invalidez: 15
 - Pensionistas: 58

3. METODOLOGIA DE CÁLCULO

Conforme definição dada pela Resolução MPS/CGPC nº 16/2005, o Plano de Benefícios I é classificado dentro da modalidade de Plano de Benefício Definido. Os benefícios de aposentadorias (inclusive por invalidez), pensão e pecúlio foram estruturados sob o regime financeiro de Capitalização utilizando o método do Prêmio Nivelado Individual. Já os benefícios de auxílio doença e auxílio reclusão, em função de suas características, foram estruturados sob o regime de regime financeiro de Repartição Simples.

3.1 Hipóteses/Premissas Atuariais adotadas:

- Taxa Real de Juros: 6% a.a.
- Taxa de Crescimento Real da Suplementação (base contributiva): 4,206% a.a.
- Taxa de Crescimento Real de Benefícios (até a sua concessão): 4,206% a.a.
- Taxa de Crescimento Real de Benefícios (após a sua concessão): nula
- Fator de Capacidade dos Salários e Benefícios: não considerado
- Tábua de Mortalidade Geral: AT 2000 Male
- Tábua de Entrada em Invalidez: Álvaro Vindas
- Tábua Mortalidade de Inválidos: MI-85
- Tábua de Rotatividade: não considerada
- Estrutura Familiar: ajuste da função Hx, realizado considerando a população de Participantes (ativos e assistidos) vinculados ao ISBRE.

3.2 Alterações nas Hipóteses/Premissas Atuariais:

Em relação à avaliação atuarial realizada em junho/2006, foi utilizada a Tábua de Mortalidade de Inválidos MI-85 em substituição à Tábua Ex-lapc. Tal medida teve por objetivo preservar o equilíbrio financeiro-atuarial do plano quanto ao risco de sobrevivência de inválidos. Cabe ressaltar que a Tábua MI-85 reflete uma experiência demográfica mais recente e, também, mais longa que a Ex-lapc. Foram mantidos os Regimes Financeiros utilizados na última avaliação, com exceção dada ao benefício de Auxílio Doença, que foi alterado para “Repartição Simples” em virtude de suas características técnicas.

4. SITUAÇÃO FINANCEIRA-ATUARIAL

Ao término do exercício social de 2007, mais precisamente na data base de 31/12/2007, foram calculados os valores das Provisões Matemáticas (exigível atuarial) e dos Fundos dos programas previdencial e administrativo, os quais se encontram devidamente registrados no Balanço Patrimonial da Entidade:

- Ativo Líquido do Plano: R\$ 390.922.568,81
- Exigível Atuarial / Provisões Matemáticas (em R\$):
 - 1. Benefícios Concedidos 212.774.996,41
 - 1.1 Benefícios do Plano 263.087.433,06
 - 1.2 (-) Contribuições do Plano 50.312.436,65
 - 2. Benefícios a Conceder 158.181.863,05
 - 2.1 Benefícios do Plano 203.715.705,63
 - 2.2 (-) Contribuições do Plano 45.533.842,58
- Fundos (em R\$):
 - 1. Fundo Previdencial 6.920.627,81
 - 2. Fundo Administrativo 4.252.392,75
- Superávit Técnico Acumulado: R\$ 19.965.709,36 (5,11% do Ativo Líquido do Plano)

5. ANÁLISE DA RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS

A rentabilidade dos ativos garantidores no exercício de 2007 foi de 14,42%. A rentabilidade mínima atuarial (meta anual atuarial) para o Plano de Benefícios I é equivalente a variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IBGE) acrescido de 6% a.a.. Tal indicador, no período de análise, totalizou 11,47%. Assim, pode-se constatar que a rentabilidade auferida no período em análise superou a meta anual atuarial em 2,95 pontos percentuais. Desta forma, os resultados obtidos se situaram num patamar acima do mínimo necessário, podendo-se considerar que os mesmos não comprometem o equilíbrio financeiro-atuarial do plano.

6. PLANO DE CUSTEIO

O atual plano de custeio deverá ser mantido durante o exercício de 2008, o qual se encontra discriminado abaixo:

- Participantes ativos: 17,00% sobre o valor da Suplementação Projetada;
- Participantes assistidos: 12,15% sobre o valor da Suplementação; e
- Patrocinadoras: paritária (17,00% para ativos e 12,15% para assistidos).

7. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E FUNDO ADMINISTRATIVO

As despesas administrativas incorridas no período se situam abaixo do limite legal de 15% das contribuições vertidas ao plano. De outra parte, o ISBRE possui um Fundo Administrativo especialmente constituído para o Plano de Benefícios I. Em 31/12/2007, o saldo de tal fundo totalizava R\$ 4.252.392,75.

8. CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

Além dos aspectos já citados, é necessário que se ressalte que, em 31/12/2007, em conformidade com os preceitos definidos na Avaliação Atuarial de 30/06/2007, foi constituído o “Fundo Previdencial” para o Plano de Benefícios I. Tal fundo tem por objetivo suportar o impacto provável decorrente de demandas judiciais que postulam a incorporação, nos cálculos dos benefícios previdenciários, de valores que seriam devidos em função de avanços na carreira (ATS) e de outros eventuais direitos postulados pelos Participantes. O método de avaliação se fundamentou nas hipóteses econômicas / financeiras / demográficas do plano e nos valores presentes dos compromissos atuariais que seriam necessários, considerando as probabilidades de ocorrências de sentenças judiciais desfavoráveis ao ISBRE.



Sérgio Rangel Guimarães
Atuário MIBA 743 – CPF 467563020/00

Ao
Ilmo Sr. Argus Ruy Guex de Oliveira
M.D. Diretor Superintendente da Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE
Rua Uruguai, 155/14º andar
Nesta Capital

Ref.: Parecer Atuarial do Plano de Benefícios II

1. OBJETIVO

O presente parecer objetiva evidenciar os aspectos atuariais relevantes do Plano de Benefícios II gerido pelo ISBRE – Fundação BRDE de Previdência Complementar, em conformidade com as disposições contidas no item 19 do anexo “e” da Resolução CGPC nº 05/2002, bem como no artigo 4º da Instrução de Serviço SPC nº 07/2005.

2. BASE CADASTRAL

A base cadastral que subsidiou a Avaliação Atuarial de 30/06/2007, fornecida pela entidade, foi consistida e considerada satisfatória, refletindo a posição do quadro de Participantes ativos e assistidos na data da respectiva avaliação. Em 31/12/2007, encontravam-se cadastrados no Plano de Benefícios II:

- 172 Participantes ativos; e
- 3 Participantes assistidos, todos pensionistas.

3. METODOLOGIA DE CÁLCULO

Conforme definição dada pela Resolução MPS/CGPC nº 16/2005, o Plano de Benefícios II é classificado dentro da modalidade de Plano de Contribuição Variável, conjugando características de plano de contribuição definida - CD e de plano de benefício definido – BD. Os benefícios não programados (benefícios de risco), de renda por invalidez e pensão foram estruturados sob o regime financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura. Já o benefício de auxílio doença foi estruturado sob o regime financeiro de Repartição Simples.

3.1 Hipóteses/Premissas Atuariais adotadas:

- Taxa Real de Juros: 6% a.a.
- Taxa de Crescimento Real de Salários (hipótese p/ Benefícios de Risco): 2,507% a.a.
- Taxa de Crescimento Real de Benefícios (após a sua concessão): nula
- Fator de Capacidade dos Salários e Benefícios: não considerado
- Tábua de Mortalidade Geral: AT 2000 Male
- Tábua de Entrada em Invalidez: Álvaro Vindas
- Tábua Mortalidade de Inválidos: MI-85
- Tábua de Rotatividade: não considerada
- Estrutura Familiar: ajuste da função Hx, realizado considerando a população de Participantes (ativos e assistidos) vinculados ao ISBRE.

3.2 Alterações nas Hipóteses/Premissas Atuariais:

Em relação à avaliação atuarial realizada em junho/2006, foi utilizada a Tábua de Mortalidade de Inválidos MI-85 em substituição à Tábua Ex-lapc. Tal medida teve por objetivo preservar o equilíbrio financeiro-atuarial do plano quanto ao risco de sobrevivência de inválidos. Cabe ressaltar que a Tábua MI-85 reflete uma experiência demográfica mais recente e, também, mais longa que a Ex-lapc. Em virtude das características técnicas dos benefícios de risco de Auxílio Doença, Pensão (morte na fase ativa) e Aposentadoria por Invalidez, os Regimes Financeiros dos mesmos foram alterados para “Repartição Simples” no Auxílio Doença e, para “Repartição de Capitais de Cobertura” na Pensão e Aposentadoria por Invalidez.

4. SITUAÇÃO FINANCEIRA-ATUARIAL

Ao término do exercício social de 2007, mais precisamente na data base de 31/12/2007, foram calculados os valores das Provisões Matemáticas e dos Fundos decorrentes dos programas previdencial e administrativo, os quais se encontram devidamente registrados no Balanço Patrimonial da Entidade:

- Ativo Líquido do Plano: R\$ 3.577.554,98
- Exigível Atuarial / Provisões Matemáticas (em R\$):
 - 1. Benefícios Concedidos 229.106,95
 - 1.1 Benefícios do Plano 229.106,95
 - 1.2 (-) Contribuições do Plano 0,00
 - 2. Benefícios a Conceder 3.348.448,03
 - 2.1 Benefícios Programáveis 3.348.448,03
- Fundos (em R\$):
 - 1. Previdencial 462.358,49
 - 1.1 Fundo de Cobertura dos Benefícios de Risco 379.813,63
 - 1.2 Fundo de Oscilação de Riscos 82.544,86
 - 2. Administrativo 677.470,05
- Superávit/Déficit Técnico: R\$ 0,00

5. ANÁLISE DA RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS

A rentabilidade dos ativos garantidores no exercício de 2007 foi de 15,61%. A rentabilidade mínima atuarial (meta anual atuarial) para o Plano de Benefícios I é equivalente a variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IBGE) acrescido de 6% a.a.. Tal indicador, no período de análise, totalizou 11,47%. Assim, pode-se constatar que a rentabilidade auferida no período em análise superou a meta anual atuarial em 4,14 pontos percentuais. Desta forma, os resultados obtidos se situaram num patamar acima do mínimo necessário, podendo-se considerar que os mesmos não comprometem o equilíbrio financeiro-atuarial do plano.

6. PLANO DE CUSTEIO

O atual plano de custeio deverá ser mantido durante o exercício de 2008, o qual se encontra discriminado abaixo:

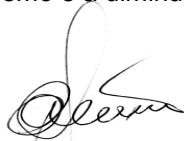
- Participantes: 3,00% a 20,00% sobre o valor do Salário de Contribuição;
- Patrocinadoras: paritária, respeitado o limite de 10,00% sobre o valor do Salário de Contribuição;
e
- Custeio dos encargos dos Benefícios de Risco: 1,62% do Salário de Contribuição, descontado da contribuição normal das Patrocinadoras.

7. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E FUNDO ADMINISTRATIVO

As despesas administrativas incorridas no período se situam abaixo do limite legal de 15% das contribuições vertidas ao plano. De outra parte, o ISBRE possui um Fundo Administrativo especialmente constituído para o Plano de Benefícios II. Em 31/12/2007, o saldo de tal fundo totalizava R\$ 677.470,05.

8. CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

Além dos aspectos já citados, é necessário que se ressalte que, em 31/12/2007, foi constituído o “Fundo de Oscilação de Riscos” com base nas regras e disposições regulamentares, sendo o mesmo incrementado com o valor do superávit técnico apurado pelo Plano de Benefícios II na referida data. Tal medida foi adotada visando resguardar o nível de solvência do plano, considerando as características do mesmo e a diminuta quantidade de Participantes.



Sérgio Rangel Guimarães
Atuário MIBA 743 – CPF 467563020/00

PARECER DOS AUDITORES

Aos

Administradores, Conselheiros, Patrocinadora e Participantes
FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ISBRE
Porto Alegre – RS

(1) Examinamos o Balanço Patrimonial da **FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - ISBRE**, levantado em 31 de dezembro de 2007, e as respectivas Demonstrações de Resultado e de Fluxos Financeiros do exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

(2) Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

(3) Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - ISBRE** em 31 de dezembro de 2007, o resultado de suas operações e seus fluxos financeiros correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

(4) As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2006, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram parecer sem ressalvas, datado de 09 de fevereiro de 2007, com base nas normas brasileiras de auditoria vigentes à época.

Porto Alegre, 18 de janeiro de 2008.

RENATO SÉRGIO KLEIN
Contador
CRC (RS) 044.940/O-7



MARTINELLI Auditores
CRC(SC) nº 001.132/F-RS

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE, dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, após o exame do Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2007 e demais demonstrativos financeiros, embasados no Parecer da Consultoria Atuarial P&D Consultoria Empresarial Ltda e no Relatório e Parecer dos Auditores Independentes MARTINELLI AUDITORES, bem como nas informações, dados e documentos apresentados pela Diretoria Executiva da Instituição, declaram que os elementos oferecidos representam com fidelidade a posição econômica e financeira do ISBRE em 31.12.2007, razão pela qual, são de parecer que as mesmas sejam aprovadas pelo Conselho Deliberativo.

Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2008.
ELOI BEVILACQUA
Presidente do Conselho

NELSON CASAROTTO FILHO
Conselheiro

FÁBIO AUGUSTO SPRINGER
Conselheiro

SIMONE MARQUES DE T.CAMARGO
Conselheira

CLÊNIO C. DA SILVEIRA
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

Os membros do Conselho Deliberativo da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE, dando cumprimento ao que estabelece o artigo 25, item VII, dos Estatutos Sociais, com base nos Pareceres do Conselho Fiscal do ISBRE e da Consultoria Atuarial, P&D Consultoria Empresarial Ltda, bem como no Relatório e Parecer dos Auditores Independentes MARTINELLI AUDITORES, aprovam o Balanço Patrimonial, o Demonstrativo de Resultados, a Demonstração do Fluxo Financeiro e a Prestação de Contas do Exercício Social de 2007.

Porto Alegre, 04 de março de 2008.

LEONIR MARIA PIZZATO REIS
Presidente do Conselho

CLAUDINE FURTADO ANCHITE
Conselheira

DÁRIO BUZZI
Conselheiro

FLÁVIO FRANTZ
Conselheiro

JOSÉ ANTONIO CHAVES FRANCO
Conselheiro

MARNE DE BEM VIDAL
Conselheiro